



O Confucionismo, bipolaridades e a questão do campesinato: O traço fundamental da China e os elementos de coesão da modernização

Confucianism, bipolarities and the question of the peasantry: the fundamental feature of China and the cohesion elements of modernization

Carlos Eduardo de Assis Borges¹

Resumo: O presente artigo aborda a relevância do campesinato, a modernização com características chinesas e as mudanças de perfil no meio rural; menciona também o Confucionismo como forma de conhecimento milenar, cujo impacto na estrutura social permanece vigente. Ao analisar as questões históricas e contemporâneas envolvendo as bipolaridades e a agricultura no contexto internacional, constata-se transformações em curso, tais como o processo produtivo, que afeta o mercado externo, e a noção de coesão societária, que traz novos elementos internos. Para tanto, são discutidos os conceitos do indivíduo em rede, contextualizando modernidade e tradição e utilizando a obra clássica da sociologia de Fei Xiaotong, aliada à interpretação de outros autores. Por último, aponta-se o quanto a ruralidade na China precisa estar cada vez mais inserida em um sistema circular conectado às economias urbanas.

Palavras-chave: Confucionismo. Bipolaridades. Sociedade Rural Chinesa. Interrelacionalidade. Modernização. Campesinato.

Abstract: This article addresses the relevance of the peasantry, the modernization with Chinese characteristics and the changes in profile in rural areas; also mentions Confucianism as an ancient form of knowledge, whose impact on the social structure remains in force. When analyzing historical and contemporary issues involving bipolarities and agriculture in the international context, ongoing transformations can be seen, such as the production process, that affects the external market, and the notion of societal cohesion, which brings new internal elements. To this end, the concepts of the individual in a network are discussed, contextualizing modernity and tradition and using the classic work of sociology by Fei Xiaotong, combined with the interpretation of other authors. Finally, it points out how much rurality in China needs to be increasingly inserted into a circular system connected to urban economies.

Keywords: Confucianism. Bipolarities. Chinese Rural Society. Interrelationality. Modernization. Peasantry.

¹ Sociólogo. Pós-graduado em Política Internacional pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP).

Introdução – Confucionismo, bipolaridade e Guerra Fria 2.0

Os aspectos filosóficos, históricos e sociológicos envolvendo a China mostram aos analistas que se sentem instigados por essa civilização o quanto ainda se faz necessária a abordagem analítica sobre o Confucionismo enquanto forma de conhecimento – ainda mais num país como o Brasil, que retrata com certa dose de preconceito uma cultura milenar, mesmo sendo sistematicamente divulgado que se trata do nosso maior parceiro comercial.

O objetivo inicial é usarmos, neste artigo, duas visões integradas que consequentemente levantam outras problematizações. A primeira é a de Jana S. Rosker (2021, p. 31):

O Confucionismo é sem sombra de dúvidas uma dessas fundações ideacionais chave. Ele é baseado na incorporação de ideias vinculadas ao conceito de um “ser relacional”. A consciência social coletiva concreta que subjaz a este modo de (auto-)reflexão se manifesta sob a condição do indivíduo relacional, que é necessária e existencialmente parte orgânica de um grupo social. Tal consciência se reflete na maneira pela qual quaisquer indivíduos se veem como parte de um grupo e nos padrões de convergência entre indivíduos que trazem unidade explícita para as relações interpessoais. Esta visão específica da relação entre o indivíduo e a sociedade tem sido de importância crucial na formatação da versão moderno-confuciana do “chinês” e da “modernidade leste-asiática”, pois neste sistema renovado o conceito de individualismo pode ser substituído pelo de individualização [...], *i.e.*, na realização plena do potencial de cada indivíduo dentro da rede relacional de suas interações com os “Outros”.

A segunda visão é a de Wang Hui (2021, p. 81):

O socialismo tradicional não é capaz de solucionar a crise interna da modernidade, e tanto os pensamentos marxistas e neoiluminista, na condição de ideologia da modernização, são desprovidos de força e inábeis para formular abordagens apropriadas aos desenvolvimentos do mundo contemporâneo. É neste ponto que está escondida a necessidade de repensar a questão da China. A mídia ocidental tem falado sobre o nacionalismo chinês. Os intelectuais chineses estão agora, em oposição, em discussões sobre a questão da “globalização”. A maioria deles, por sua vez, compreende a globalização a partir do idealismo da harmonia universal confuciana. Este tipo de universalismo não é nada além da repetição ininterrupta do centenário sonho modernista de “encontrar o mundo” e a partir daí podemos reconhecer também alguns aspectos vagos de uma perspectiva global de confucionização. Alguns jovens usaram o apelo comercial extremo para produzir livros *best-sellers*, tal como “A China pode dizer não”, o que levou ao surgimento na sociedade ocidental de preocupações extraordinárias relacionadas ao nacionalismo chinês e à obviamente exagerada “teoria da ameaça chinesa”.

Enquanto a primeira aborda a condição existencial de um “ser relacional” que se reflete na modernidade leste-asiática, a segunda retrata um nacionalismo “perigoso” que a mídia ocidental alimenta a respeito da China. A reverberação das teorias de modernização ocidentais clássicas continua intrincada pelo individualismo euro-americano existente, já que a noção de “superioridade moral” é uma conduta dos Estados nacionais que via de regra se utilizam desse tipo de preceito para tentar consolidar os seus interesses nacionais, nos quais não estão circunscritas tão somente as questões de natureza econômica.

Nesse contexto, a partir da história recente, a tensão entre as duas superpotências do século XXI, Estados Unidos (EUA) e China, tem sido chamada convencionalmente de Guerra Fria 2.0. A primeira Guerra Fria, ou a “original”, ocorreu após o fim da Segunda Guerra Mundial. O interessante é saber que essa guerra levou esse nome por não ter havido conflito armado entre as duas potências da época, que disputavam a hegemonia global e a ascendência sobre as outras nações: de um lado estavam os EUA; de outro, a União Soviética. Assim, o resultado dessas ameaças mútuas foi a definição de um sistema internacional relativamente estável, mesmo sabendo que motivações para a guerra se faziam presentes. Mas, segundo Kant (2008, p. 14):

[...] seria então um simples armistício, suspensão das hostilidades, não paz, que significa o fim de todas as hostilidades [...]. A reserva de pretensões antigas que podem ser reclamadas no futuro, das quais nenhuma parte faria menção por ora, porque ambas estão demasiado extenuadas para continuar a guerra, pela perversa intenção de aproveitar a primeira oportunidade favorável para este fim, pertence à casuística jesuítica e está abaixo da dignidade dos regentes.

A citação é relevante porque a fabricação e o uso de artefatos nucleares por parte dos governantes é o que paradoxalmente evitou a escalada de uma guerra catastrófica. Os acordos de Yalta e Teerã, realizados em 1945, estabeleceram que nenhuma das duas superpotências deveria intervir diretamente na zona de influência do opositor. Em 1965, o historiador Isaac Deutscher (1969, p. 15) fez a seguinte explicação:

O que as pessoas não compreendiam, o que os Governos não lhes comunicavam, era que, desses dois colossos, um – o americano – emergiu da Segunda Guerra Mundial com vigor e força total [...], enquanto o outro colosso – o russo – jazia quase aniquilado, sangrando profusamente por todas as feridas.

Esse tipo de posicionamento utilizado como manipulação ideológica dos governantes da época certamente colaborou para que o medo se espalhasse pelo mundo. E os resultados são conhecidos historicamente. O ano de 1989 foi marcado pelo fim da experiência socialista, quando dois mundos se tornaram um só: o do capitalismo globalizado, que se colocou definitivamente como um “valor

irreversível”, trazendo a possibilidade “real do fim da história”. É nesse marco temporal que o desfecho das relações internacionais contemporâneas se assentou, e um dos exemplos é que a China não se desintegrou como a União Soviética e outros países do Leste Europeu.

Em outros termos, no tabuleiro global da contemporaneidade está colocado que a principal força motriz do século XXI é a competição entre os EUA e a China. A propalada Guerra Fria 2.0 sintetiza uma nova realidade de interesses geopolíticos e comerciais, que se apresenta até o momento sem uma nítida clivagem ideológica, como a “original”. Trata-se de uma hipótese, que este artigo não tem a pretensão de responder, mas há formas de bipolaridades que são aparentemente visíveis, com *nuances* de relativa simetria. Isso serve para ilustrar a complexidade da relação abrangendo EUA e Rússia, bem como EUA e China, cujo impacto no cenário contemporâneo internacional encontra-se aberto a inovações teóricas.

Independentemente do contexto e de qual caminho do cenário internacional pode ser descrito, existe algo que já diferencia a China de maneira substancial. Para tanto, recorro novamente ao capítulo *O pensamento chinês contemporâneo e a questão da modernidade*, de autoria de Wang Hui (2021). Inicialmente, traçamos um paralelo entre Estado e mercado do mundo ocidental; em termos puramente retóricos, a visão liberal faz separações antagônicas entre essas duas “entidades”.

Pelo contrário, sob a direção estatal, o ritmo delas (as principais sendo a adaptação à mercantilização, o progresso do sistema econômico e a reforma de aspectos legais) tem sido ainda mais radical na comparação com o auge da abertura da década de 1980: as reformas avançaram em termos de produção, comércio e do sistema financeiro e a cada dia a China penetra mais na competição fomentada pelo mercado global. Dessa forma, a transformação da produção interna e dos mecanismos sociais foi executada conforme o estipulado pelo sistema mercantil contemporâneo. Por outro lado, a comercialização e a cultura consumista concomitantemente se infiltraram em todos os aspectos da vida social, indicando assim que o Estado e as empresas não enxergavam a fórmula do mercado como um evento econômico isolado, mas, contrariamente, como objetivo último do processo social por meio do emprego das leis do mercado para planejar toda a sociedade (Hui, 2021, p. 49).

Se Estado, empresas e mercado estão inseridos em uma totalidade para atender o conjunto da sociedade chinesa, é preciso refletir sobre essa lógica com outro olhar, já que o desenvolvimento industrial nas últimas quatro décadas impressiona pela sua dimensão. E, conforme afirmou o autor, não se trata de “um evento econômico isolado”. A ideia do mercado desenvolvimentista como um ente que se autorregula pelos seus próprios “méritos” não existe na China. A construção de ferrovias com os seus trens de alta velocidade e toda a infraestrutura envolvida, bem como os demais setores que demandam inovação tecnológica de ponta, constituem exemplos emblemáticos desse tipo de modernidade que só vem a contribuir para o transporte

público. Além disso, existe a perspectiva de crescimento real na comercialização de veículos elétricos, com bateria e energia renovável. A busca por autossuficiência nesses segmentos confirma a estratégia pragmática dos chineses.

Entretanto, aquilo que é apontado pela economia verde como uma atividade das mais promissoras leva-nos a crer que o planejamento e o espírito dos tempos dos chineses não só representam um processo social extremamente virtuoso, como também trazem possibilidades de retaliações por conta do acirramento das tensões comerciais.

Como consequência desse crescimento extraordinário, há também de se levantar outra questão: os esforços necessários para compreendermos o porquê de haver desconfianças, indagações, dúvidas e preconceitos com relação à China, o que inclusive passou a ser potencializado pela comunicação em tempo real. Isso tudo vem sendo difundido e transbordado para além das questões econômicas.

Em que medida os fatores socioculturais e religiosos exteriores à China tendem a inabilitar os chineses e seu regime político? A resposta é difícil, mas é nessa esteira que a China se equilibra enquanto civilização e vem caminhando desde a Antiguidade, passando pelo Iluminismo até chegar ao atual estágio do capitalismo global. O discurso sobre o “futuro do mundo livre” *versus* “o eminente perigo chinês” demonstra inconsistência analítica. Desqualificar um processo social, fazendo coro por desconhecer ou desprestigiar uma cultura milenar, sendo que esta mantém laços comerciais crescentes com o mundo, não consiste obviamente em um problema de mera comunicação “entre as partes”.

Do ponto de vista das Ciências Humanas, é instigante contextualizar que as tradições têm a ver com a difusão de transformações sociais, econômicas e políticas, podendo e até devendo ser assimiladas mutuamente entre os povos, mas é importante lembrarmos que cultura e história são insubstituíveis nas sociedades. Se a China, por meio do emprego das leis do mercado, conseguiu planejar e construir uma perspectiva diferente na história das civilizações, isso pode ter contribuído para uma espécie de “crise existencial do Ocidente”. E esse processo nem sempre esteve vinculado à materialidade econômica do capitalismo, nem à frenética competição entre países, blocos econômicos ou empresas transnacionais. A concepção clássica aristotélica, ao sentenciar o despotismo como uma condição singular ou mais assimilável por parte dos povos asiáticos, é um exemplo, que, aliás, antecede o sistema de produção capitalista. Em suma, uma compreensão conscienciosa sobre a tradição – seja a ocidental, seja a chinesa – exige uma visão panorâmica.

“Occidentalização da China” e a controversa disputa envolvendo duas tradições

As escolhas que nos “obrigam” a fazer não contribuem para entender aquilo que aproxima o Ocidente da China e nem o que diferencia um “mundo do outro”. A impossibilidade de “exilar” a China ou adjetivá-la impropriamente com os fatores

vinculantes à sua “inexorável” ocidentalização é uma via de mão dupla, tanto de quem a defende sobejamente quanto de quem a questiona teoricamente. Por muito tempo, não foi descabido resumir a cultura chinesa às teses que procuraram sintetizar o seu regime como um “despotismo oriental”, tecendo interpretações a partir da filosofia ocidental – desde Aristóteles, passando por Voltaire, até Karl A. Wittfogel, sendo esse último um geógrafo e participante da Escola de Frankfurt.

A ideia de que as sociedades asiáticas são mais assimiláveis a despotismo, arbitrariedades e opressões contribuiu para que o Confucionismo não fosse considerado condizente com a modernização. No estudo *Entre a tradição e a modernidade: o Confucionismo moderno como uma forma de conhecimento social no Leste Asiático*, de autoria de Jana S. Rosker (2021, p. 43), há uma passagem que lança luz ao debate:

[...] a este respeito, o próprio conceito confuciano de sabedoria era visto como um dos principais culpados pela “incompatibilidade”, pois o Confucionismo supostamente “ênfatizava a sabedoria dos sentimentos ao invés do conhecimento nascido da experiência e da avaliação” (Chen, 2009, p. 239). Esta era uma das afirmações centrais nas teorias de Talcott Parsons, o sucessor de Weber, que nos anos 1960 estabeleceu hipóteses de que o Confucionismo era um obstáculo à modernização. Contudo, apenas uma década mais tarde, a opinião predominante sobre a relação entre Confucionismo e modernização havia mudado drasticamente, não somente no mundo acadêmico asiático, mas também no euro-americano.

Essa mudança de mentalidade acadêmica foi construída obviamente por sofisticadas elaborações teóricas, embora os dados e as estatísticas econômicas tenham a sua parcela de “responsabilidade”. O lastro do sistema financeiro, a infraestrutura, as inovações tecnológicas e o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) da China são fatos perceptíveis para qualquer observador minimamente atento. Estamos retratando um dos maiores surtos de crescimento econômico na história, mas o que ainda se coloca em grande parte no mundo ocidental é a relação umbilical existente entre modernidade, desenvolvimento econômico e liberdade.

O que se precisaria saber é como e de que forma os chineses enxergam a liberdade. Não seria também uma tarefa da modernidade descrever esse “sentimento”?

Enquanto isso, os estereótipos praticados contra a China são construções objetivas. Desde o seu surgimento como potência mundial, grande parte do *soft power* norte-americano se dedica a desqualificar os chineses como um povo que infecta o mundo, seja com mercadoria de “baixa qualidade”, seja através das epidemias ao longo da história. Para tanto, basta lembrarmos do tão propalado “vírus chinês”, que tomou proporções ideológicas na pandemia da COVID-19. A ideia de que tudo de ruim nasceu e se desenvolveu na China, difundida inclusive por parte dos países emergentes, demonstrando subalternidade aos EUA, “naturalmente” induz

uma pergunta: qual a possibilidade de estabelecer relações mais simétricas no plano internacional?

A indagação acima pode levar a conclusões precipitadas e nada confiáveis historicamente, tais como a reação da China em adotar uma diplomacia de confronto, a fim de mobilizar o seu “autoritarismo” no âmbito internacional. Isso não condiz com os propósitos diplomáticos da China, tendo como referência o seu passado. No tocante ao futuro, utilizo as palavras de Li Xiaodong (2021, p. 129). Em seu texto *A proposta da modernização e a sabedoria chinesas*, ele afirma:

O debate sobre a cultura tradicional chinesa e a China Contemporânea não é apenas um debate histórico, mas um debate sobre a tendência de desenvolvimento da China no futuro. Os intelectuais que sustentam a opinião de que a continuidade da história chinesa e a vitalidade da cultura tradicional chinesa são extremamente fortes acreditam basicamente que a China continuará a seguir seu próprio caminho em vez de se fundir com o Ocidente. No entanto, os intelectuais que acreditam que a revolução chinesa abandonou a cultura tradicional chinesa argumentam que essa revolução mudou fundamentalmente o curso da história chinesa e tanto o marxismo quanto o liberalismo trarão a história chinesa para o Ocidente.

Se a China reproduziu experiências bem-sucedidas, mas foi além por ter ousado um caminho diferente que atendesse aos seus interesses nacionais, aproveitando das possibilidades exitosas do Ocidente, isso ocorreu porque o país conseguiu implantar marcos institucionais de uma sociedade pujante com características próprias. Essas questões ficam ainda mais claras considerando o capítulo de Antonio Florentino Neto (2021, p. 159-160), *Indivíduo atômico e indivíduo inter-relacional: as bases da subjetividade no Ocidente e na China*. O autor afirma:

O propósito desta análise é apontar alguns elementos da tradição ocidental, em contraposição a elementos da tradição oriental, que nos possibilitam compreender melhor as possíveis consequências de assimilação incondicional, por parte da China, desses aspectos fundamentais da tradição ocidental. Nesta direção, antecipo o propósito principal deste texto, que é expor, a meu ver, os motivos pelos quais não é possível à China simplesmente assumir os “valores” ocidentais como consequência natural da abertura para o mercado capitalista, sem ter de abrir mão daquilo que a torna o que é. A tarefa é, portanto, pensar a relação entre modernidade e tradição na China hoje, a partir de uma determinada concepção de “modernidade”, sem desconsiderar, mas também sem problematizar o intenso debate que já ocorreu em torno da própria questão. O objetivo desta análise não é, desta forma, apresentar a monumental discussão em torno de todas as consequências que a modernização levou para a China, mas sim apontar um aspecto, que, a meu ver, ainda não foi devidamente contemplado pelos estudos sobre esse tema: a diferença na formação da noção de indivíduo no Ocidente e na China e as consequências destas distinções específicas

para a formação da modernidade chinesa. A discussão posta se dá, portanto, em torno da denominada modernidade com características chinesas.

Florentino Neto, ao apresentar a ideia de “indivíduo atômico”, que “subsiste por si mesmo, independente, delineado a partir das referências filosóficas ocidentais” (Florentino Neto, 2021, p. 160), demonstra o quanto a separação dos conceitos é relevante para termos a devida compreensão. Segundo o autor, “este indivíduo moderno ocidental tem características bem distintas da concepção de indivíduo inter-relacional em rede” (Florentino Neto, 2021, p. 160), o que demonstra que é possível, sim, conciliar modernidade e tradição na China mantendo suas características.

A resposta quanto a qual seria “a mais concreta e principal via de acesso à compreensão da formação histórica das concepções de indivíduos, que são construídas no Ocidente e no Oriente” (Florentino Neto, 2021, p. 161) será obtida pela visão aprofundada do conhecimento filosófico, pois essa é a sugestão o autor nos oferece. Se esse indivíduo moderno ocidental tem percepções diferentes daquelas do indivíduo inter-relacional, isso não é o mesmo que dizer que os campos das ideias são todos “implosivos”. Basta considerar que a tradição do Confucionismo na sociedade chinesa se baseia no diálogo.

O que chama atenção do ponto de vista histórico é o Confucionismo ter sido bastante controverso num passado não muito longínquo. Havia o argumento de que não se adaptava ao espírito revolucionário de determinada época, sendo responsabilizado inclusive pelo atraso do país. Essa interpretação tinha muita força; em 1949, quando os comunistas assumiram o poder, os rituais confucionistas foram proibidos na China e considerados anacrônicos. Na interpretação de Mao Tsé-Tung, Confúcio era uma espécie de entulho feudal.

Atualmente podemos dizer que foi um ato de desagravo o fato de o dirigente Xi Jinping ter orientado o Partido Comunista Chinês a fazer as leituras da obra do filósofo Confúcio. O conhecimento propriamente ou a releitura do Confucionismo a partir do seu mais alto dirigente sinalizam a coexistência com outras visões de mundo. Isso implica em buscar harmonia, o que é muito diferente de estar assimilando os valores que norteiam o Ocidente, tais como a propriedade privada, a democracia liberal e a liberdade individual.

Se compararmos o Confucionismo, por exemplo, com o daoísmo, que “foi considerado a filosofia da complacência na história intelectual chinesa” (Wang, 2021, p. 13), fica evidente o sentido de “longo prazo” nas relações sociais com os outros. No texto *O Dao se torna feminino*, também de Wang, há uma definição que contrasta profundamente com a visão imediatista do Ocidente:

Uma semente é abraçada nas profundezas da terra, onde ela crescerá e será nutrida, o que permitirá que ela brote e se mostre

ao mundo. E a agricultura é muito semelhante à maternidade, pois é necessária atenção especial no cultivo e no crescimento de uma criança (Wang, 2021, p. 21).

Abordar a relevância da agricultura na China, o papel do campesinato e os fatores de coesão social, em prol daquilo que foi descrito como elementos de “modernização com características chinesas”, é o que faremos a seguir.

Pensamento inter-relacional e agricultura chinesa

Existe um paradigma para tentar compreender a China, sabendo de antemão que se trata de um país com 1,4 bilhão de pessoas que precisam se alimentar e com mais de 5 mil anos de história? E a ideia de que não existe uma única história que contemple a todos, mas sim aquela que consideramos real por depender de onde a gente se encontra, é a base das nossas “verdades”. Então, como descrever um país que por vários séculos viveu completamente isolado de outros povos?

Há uma imensidão de assuntos, que vão desde os reinos que ergueram e se desintegraram em conflitos e guerras de uns contra os outros até o surgimento da República e as reformas comandadas pelo Partido Comunista ao longo do Século XX. Quaisquer que sejam as preferências dos temas escolhidos, é necessário despir-se de uma visão ocidentalizada e tentar procurar olhar a China na sua totalidade. O significado de analisar o povo chinês, sua cultura e o funcionamento da política a partir da sua singularidade talvez seja o primeiro e o mais importante passo. Esse tipo de “metodologia” possibilita apresentarmos conclusões positivas ou negativas, mas nunca precipitadas ou simplistas.

O esforço em conhecermos a China passa fundamentalmente pela agricultura e pela ruralidade. As questões que se relacionam ou se integram a essas características extrapolam as suas fronteiras. Em suma, a ascensão da China e o seu extraordinário desenvolvimento econômico consistem no fato mais impactante do capitalismo na era da globalização. É nesse contexto que a territorialidade rural, a segurança alimentar dos povos e o desenvolvimento da agricultura ocupam cada vez mais espaço na reconfiguração da ordem mundial. É impossível que a maneira como os chineses organizam a agricultura e a produção não influencie o cenário internacional. Existem razões econômicas para crermos no quanto essas questões são essenciais nos dias de hoje.

No tocante aos aspectos filosóficos, o paradigma apresentado neste artigo que dá sentido à sociedade chinesa é o da inter-relacionalidade. A análise da filosofia clássica chinesa aliada ao “solo”, em que o viés sociológico de Fei Xiaotong (1992) faz menção à sociedade rural, é o que possibilita observarmos o quanto os conceitos do Confucionismo se encontram presentes na história da China.

Em primeiro lugar, o traço fundamental da sociedade chinesa é rural. A interpretação desse clássico da sociologia chinesa é evidente quando o autor faz o

relato dos três importantes rios da China e de seus afluentes. Todos são propensos à agricultura, desde os tempos mais remotos. Em uma passagem do livro *From the soil, the foundations of chinese society* (1992), Fei Xiaotong, ao descrever os camponeses como “sementes de feno”, afirma que, por onde migrassem das regiões que cortam os rios “Yangtze, o Amarelo e o Wei”, eles levavam consigo a sua tradição de ganhar a vida a partir do solo. Em segundo lugar, para ilustrar essa característica, o autor menciona o diálogo com um amigo americano que retornara da Mongólia. O autor constatou que as pessoas que estavam naquele lugar continuavam a cultivar a terra como se ainda estivessem morando no coração da China, já que na Mongólia o mais adequado seria a pastagem. Além disso, percebeu que cada família fez a divisão da terra em pequenos lotes para a agricultura. Esse relato demonstra que os chineses são inseparáveis do solo, que é considerado a raiz das suas vidas. Outro dado observado pelo sociólogo chinês é que a vida na sociedade rural é baseada no paroquialismo. Ou seja, isso significa que a imensa maioria das pessoas vivem desde o nascimento até a morte num mesmo lugar.

A sociedade sem estranhos, construída e sedimentada na família, é outro traço dessa organização social. A familiaridade é uma espécie de conexão que se desenvolve quando as interações são frequentes nas aldeias. Nesse particular, há um dado valioso que vale a pena realçar, porque, segundo o sociólogo, o personagem usado na primeira fase dos *Analectos* de Confúcio expressa esse processo de interação. O caractere é “*xi*”, que significa “praticar”. Encontramos e praticamos, e, através da interação, o desconhecido torna-se familiar. A partir desse nível de familiaridade, alcança-se, de acordo com Fei Xiaotong (1992), um nível de liberdade através do qual os chineses podem fazer o que quiserem sem medo de violar as normas da sociedade. E, conforme sua concepção, esse tipo de liberdade é diferente das liberdades definidas e protegidas pelas leis. Os rituais e os costumes numa sociedade familiar são definidos por meio da prática, e agir dessa forma implica em seguir o coração e a mente. A noção de sociedade e a de indivíduo tornam-se uma só.

A sociedade moderna é composta por estranhos, segundo Fei Xiaotong (1992). O passado é desconhecido, cabendo às pessoas explicar as coisas com clareza, havendo sempre o temor de que os acordos orais não sejam vinculativos. Ao mencionar que nas sociedades modernas se elaboram contratos escritos nos quais assinamos os nomes, o sociológico declara categoricamente que na sociedade rural a confiança deriva da familiaridade. Não se trata de contratos, mas sim de confiabilidade desenvolvida pelas normas, que se baseiam nos costumes e nas práticas.

Somente aqueles que dependem do solo para a sua subsistência é que são capazes de se enraizar – este é um dos fios condutores do pensamento do autor. As pessoas, de acordo com Fei, só precisam conhecer a relação específica entre meios e fins no tocante aos seus afazeres cotidianos. Além disso, uma visão utópica que

busca um paraíso na terra não existe; considera-se a realidade presente como um esboço de como o céu deve ser, o que significa empurrar este mundo para o próprio céu. Segundo o sociólogo, é preciso mudar a si mesmo internamente, com o intuito de se ajustar externamente a uma ordem estabelecida. A sociedade rural chinesa se conforma aos padrões da Antiguidade. Ela é definida como “apolínea”, e a moderna como “faustiana”; esses dois termos Fei Xiaotong (1992) retirou de *O declínio do Ocidente*, de Oswald Spengler.

Fei Xiaotong traz também a discussão de que “entre homens e mulheres só existem diferenças”, ao afirmar que, por esta e outras razões, a sociedade rural é estável. A estabilidade não é um valor em si. O fato de uma sociedade ser governada através de uma etiqueta estabelecida por rituais não significa que as pessoas dessa sociedade sejam gentis. Esse é outro ponto levantado pelo autor, já que as boas maneiras não são transmitidas automaticamente.

Há rituais que são inclusive cruéis, e Fei Xiaotong (1992) justifica-os com os escritos nos *Analectos*: quando Zigong não queria que seu cordeiro fosse morto numa cerimônia, Confúcio diz que, em vez de amar o cordeiro, deve-se optar pelos ritos. Essa relação de pena não fez Confúcio concordar em cancelar o ato. O que fica subentendido pelo estudioso é que os rituais são normas reconhecidas pela sociedade. Quando pontua que as pessoas não buscam verdades universais, recorre novamente a Confúcio. Ao ler os *Analectos*, o filósofo dava diferentes visões de piedade filial (*xiao*) a várias pessoas, mas a definição é que, em última instância, esse termo significa simplesmente ter uma mente pacífica.

Se a sociedade chinesa é fundamentalmente rural, segundo Xiaotong (1992), pode-se perguntar: como uma mente pacífica se difunde ou se recicla com a própria ideia de modernização? E, com relação à agricultura, o modelo chinês é capaz de substituir o modelo ocidental de modernização, tendo como referência tais pressupostos?

De antemão é prudente contextualizar que “mente pacífica” não significa optar pelas ações ingênuas ou simplistas; pelo contrário. Para tanto, recorro novamente à tese do indivíduo atômico e do indivíduo inter-relacional, a fim de estabelecer uma “relação” que diz respeito à modernidade, uma vez que a posse da terra com regras jurídicas estabelecidas garante a propriedade e a sua hereditariedade no mundo ocidental, mas na China, segundo Fei Xiaotong (1992), governar através de rituais é diferente de governar mediante a intervenção dos indivíduos, até porque o conceito de propriedade individual inexistente. Se os rituais vêm da tradição para que a manutenção da ordem coexista, estabelecer uma abordagem com os termos empregados por Antonio Florentino Neto (2021, p. 173) é perfeitamente plausível, pois o autor afirma:

A ruptura com as bases do caráter metafísico da formação do indivíduo grego e do caráter religioso do indivíduo na Idade

Média ocorre com a transposição da ideia de substância última para o âmbito da natureza humana e seu elemento constitutivo básico, que é a liberdade individual. Porém, a modernidade surge justamente com outra ruptura. O abandono da ideia de uma liberdade humana metafísica teológica para a concretização da liberdade individual na propriedade privada, em seu formato inédito, inaugura a modernidade. O homem livre é o proprietário, inicialmente proprietário da terra. A posse atômica da terra enquanto propriedade privada torna-se, assim, a primeira possibilidade de concretização do caráter substancial do indivíduo atômico moderno, e o próximo passo para garantir a concretização permanente da posse é a elaboração de regras jurídicas, de um direito que garante a posse e o repasse da propriedade.

A conexão entre as ideias de Fei Xiaotong (1992) e as do texto acima levanta duas possibilidades. Enquanto o primeiro afirma que uma sociedade governada por rituais não pode surgir facilmente num momento de mudanças rápidas, já que o sistema de governo necessariamente leva em consideração as características da ruralidade chinesa, o segundo reforça a

[...] impossibilidade de se compreender o embate em torno da relação entre modernização e tradição na China hoje, sem uma compreensão das bases histórico/filosóficas que subjazem às formações dos conceitos nos indivíduos no Ocidente e na China (Florentino Neto, 2021, p. 173).

E, segundo o autor, “a tese do caráter não universal e das distintas formas de modernidades orientais ainda não foi suficientemente esclarecida” (Florentino Neto, 2021, p. 174).

Assim sendo, a modernidade com características chinesas e os elementos constitutivos do indivíduo atômico comparado ao indivíduo em rede estão abertos a novas inter-relações. A liberdade individual, a posse da terra e as formas de organização da agricultura são distintas, mas poderiam ser complementares, por exemplo, a fim de acabar com a insegurança alimentar no mundo? De antemão, sabemos que a estruturação agrícola, no Ocidente e na China, é diferente, evidentemente. Além disso, há fatores no campo que dizem respeito às rápidas mudanças tecnológicas, mas que não refletem necessariamente em cooperação simétrica entre as nações. Por outro lado, a diplomacia chinesa merece atenção, porque, ao se posicionar como “isenta de valores”, guia-se pragmaticamente em direção aos seus interesses econômicos e estratégicos, sobretudo com relação aos países em desenvolvimento. Ao observarmos a agricultura na China e o “valor” que dá à terra, a conclusão é que os seus desafios são imensos, tanto em relação a si mesma, na condição de civilização milenar, quanto, obviamente, em relação à sua integração e à sua conexão com o mundo.

A lógica da agricultura chinesa e o seu “enigma”

A sociedade chinesa é a personificação dos aspectos rurais, de acordo com Fei Xiaotong (1992). E, se o cultivo de hábitos é transmitido de geração em geração, estamos a tratar de uma profunda sociabilidade, cuja tradição em grande medida define o seu próprio lugar na história. A racionalidade dessa sociedade se constrói a partir do solo, mesmo que em outros tempos essa característica tenha sido interpretada como “superstição” feudal ou algo do gênero.

Essa “visão feudal” decorre em parte da Revolução Cultural, conforme citado anteriormente, mas foi superada:

Embora sejam um ícone do modelo econômico chinês, as reformas, na verdade, iniciaram no rural, com o dismantelamento das comunas e o estabelecimento do Sistema de Responsabilidade Familiar (SRF) de posse e uso da terra na agricultura, o apoio à industrialização rural através das Empresas de Vilas e Aldeias (EVAs), a instituição de um sistema de abastecimento de grãos articulado a um sistema de cotas, que deixa os agricultores livres para vender a produção excedente (grãos, mas também frutas, legumes, verduras e carnes) diretamente no mercado, e o relaxamento parcial dos controles do registro residencial (*Hukou*), que permite a saída massiva de camponeses para as cidades, formando um exército de reserva de trabalhadores migrantes para as 20 ZEEs [Zonas Econômicas Especiais]. Tais medidas diversificaram a produção e elevaram a produtividade, o emprego e a renda rural, contribuindo para o crescimento do PIB e a redução massiva da pobreza até o final dos anos 1980, num período conhecido como “reformas sem perdedores” (Escher e Schneider, 2023, p. 17).

É necessário relacionar a implantação das reformas, bem como a análise dos resultados anteriores à sua efetivação, com a Revolução Socialista proclamada em 1949 e com o período histórico da época, marcado pelas consequências da Guerra Fria. Escher e Schneider mencionam que uma das principais ações da China comunista se refere à reforma agrária, que, ao redistribuir a terra dos latifundiários aos camponeses, não trouxe de imediato bons frutos ao país. Ao contrário, essa política decorreu até 1955, quando o Partido Comunista Chinês (PCC) promoveu a organização dos agricultores em cooperativas. Mas, de acordo com o livro *Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China*, a contrapartida de conseguir apoio soviético em prol da sua industrialização não foi bem-sucedida. A chamada coletivização instituída na forma de comunas populares, aliada aos desastres naturais, contribuiu para “a grande fome que, entre 1959 e 1961, resultou na morte de cerca de 30 milhões de pessoas” (Escher e Schneider, 2023, p. 17).

A ascensão de Deng Xiaoping ao poder em 1978 e a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), atraindo tecnologia e capital estrangeiro, representaram um grande marco na história contemporânea da China. O entrelaçamento do capital com a agricultura resultou, inclusive, no fato de que os

camponeses ficaram livres para comercializar o excedente da sua produção, o que promoveu mudanças em todo o país e não apenas no meio rural. Esse incentivo do Estado e a prática comercial desenvolvida pelos agricultores transformaram a economia. As mudanças para um novo sistema nacional de abastecimento favoreceram a segurança alimentar da população, que “cresceu de 550 milhões em 1950 para quase 950 milhões em 1976, quando Mao morreu” (Escher e Schneider, 2023, p. 17).

Entretanto, analisar as condições prévias do desenvolvimento da China a partir das condições internas e externas, bem como dos fatores anteriores à política de modernização e reformas, implica abordarmos quatro pontos defendidos por Paulo Fagundes Visentini (2023, p. 57), que traz alguns elementos fundamentais ao debate envolvendo não só o futuro da agricultura, mas o de toda a sociedade chinesa. Diz o autor:

1) a tradição histórica (elemento civilizacional), 2) a Revolução socialista (recuperação da soberania e reorganização social e estatal), 3) a industrialização prévia (socialista, e a desconhecida cooperação com o Japão) e 4) a aliança com os Estados Unidos (que garantiu o ingresso na ONU e a reinserção no concerto das nações). Sem esses elementos não teria havido uma bem-sucedida e sustentada estratégia de desenvolvimento após 1979, pois, entre as Guerras do Ópio e a Proclamação da República Popular da China, houve 160 anos ininterruptos de conflitos internos e externos que extenuaram o país. Sem a coesão societária e cultural e a continuidade histórica do Estado, teria havido uma desintegração irreversível, como ocorreu em outras nações durante o colonialismo. O contato com as potências ocidentais permitiu, dolorosamente, conhecer o mundo exterior e seus perigos. Já a Revolução, que construiu um regime socialista (centralizado, como no Império), garantiu a recuperação da soberania nacional, reorganizou a sociedade e reestruturou um Estado transformado, que constituíam condições indispensáveis para um desenvolvimento autônomo.

A importância da “coesão societária e cultural”, o papel dos camponeses na China e sua relação com o “solo” demonstram que o país vem agindo com prudência e se adaptando continuamente às mudanças globais. Com isso, sinaliza ao mundo que tradição e transformação não são processos incompatíveis. O constante exercício de análise e estratégia por parte do Partido Comunista Chinês considera as situações reais da economia global, bem como a sua situação interna. É preciso compreender para onde caminha a agricultura chinesa e se os camponeses, por estarem envolvidos num intenso processo migratório, estariam fadados a “esquecer” tais valores, que deram todo o sentido à vida dos seus antepassados. Em outras palavras, a urbanização contínua impacta concretamente a sociedade chinesa, mas até que ponto a agricultura familiar irá persistir e conviver com a agricultura voltada ao lucro, como já ocorre na China?

Segundo Philip C. C. Huang (2023, p. 113), “apesar dessas mudanças dramáticas, a unidade de produção predominante continua sendo a pequena agricultura familiar”. Se o sistema de responsabilidade pela terra atende uma espécie de rede de proteção social para os camponeses, caberia avaliar o que aconteceria se eles se rebelassem contra o governo, – como, aliás, já ocorreu na história da China em dinastias passadas. A lógica econômica da pequena agricultura nessa nova era é totalmente dependente do Estado. Na China as escolhas feitas na agricultura afetam profundamente todo o sistema político e econômico. E, quanto às escolhas realizadas ou não na agricultura, deve-se avaliar algo extremamente sensível à vida dos chineses, que diz respeito ao seguinte fato histórico:

Embora o termo “segurança alimentar” seja relativamente novo para muitos chineses, a palavra “fome” não é. A fome não é incomum na história chinesa (Lang, 1934; Feng, 1970; Xu, 1996), tendo seu episódio mais recente entre 1959 e 1962. Embora a terrível experiência da fome de 1959-1962 não possa ser apagada da memória daqueles com mais de 60 anos, a desnutrição e a inanição durante o período da Revolução Cultural também são lembranças amargas de muitos que agora contam mais de 50, ou mesmo mais de 40 anos. A comida, em muitos registros da literatura chinesa, costuma ser chamada de “deusa” do povo (Zhangyue, 2023, p. 193).

Essa citação é emblemática, porque, se olharmos para o futuro, o crescimento do PIB e a equidade social devem andar na mesma direção; caso contrário, “fenômenos” do passado podem gerar novas crises. Isso implica que reformas institucionais para evitar que a China seja colocada sob risco de insegurança alimentar encontram-se permanentemente no seu horizonte, como uma das prioridades absolutas, em razão do passado do país. Ao discorrer sobre a China, Ye Jingzhong (2023, p. 257), em sua análise a respeito de “migração rural-urbana, feminização e envelhecimento da agricultura”, faz um apelo e chama atenção, usando uma citação de Karl Polanyi, de que “deixar o destino do solo e das pessoas nas mãos do mercado seria o equivalente a aniquilá-los”.

Se a modernização agrícola remete à discussão sobre capitalismo agrário *versus* agricultura camponesa ou socialismo com características chinesas, tanto no plano interno quanto no externo da China, é preciso ter clareza de que, se algo der errado nesse sistema agrícola, as consequências serão catastróficas. Os dados respondem por si: “com apenas 10% de toda a terra cultivada do mundo, esses pequenos agricultores produzem 20% do suprimento total de alimentos do mundo. Isso sugere que a agricultura da China tem um desempenho excepcional” (Ploeg, 2023, p. 383).

Há um dado da realidade que, por outro lado, também precisa ser minuciosamente observado. Na China, o êxito rural impressiona, já que os números e as estatísticas desse processo dizem respeito à população inteira de muitos países

mundo afora. Segundo o autor Jan Douwe van der Ploeg (2023, p. 384),

[...] estima-se que, atualmente, pelo menos 200 milhões de pessoas, principalmente homens, se deslocam todos os anos das áreas rurais para as urbanas. O resultado é que apenas mulheres e idosos permanecem para fazer o trabalho agrícola.

Apesar da constatação “migratória” e do problema apresentado, a experiência chinesa demonstrou viabilidade ao conciliar crescimento agrícola e alívio da pobreza no campo e na cidade. Na visão do autor, “o êxodo rural não sugere necessariamente um enfraquecimento da agricultura, desde que esteja inserido em um sistema circular que conecte as economias rurais e urbanas” (Ploeg, 2023, p. 393).

O “sistema circular” que procura conectar o rural com o urbano só é possível porque o paradigma chinês permite ao capital uma espécie de função ou regra. Ou seja, não exclui, mas o restringe, condicionando o seu papel. E, se o perfil do campesinato está mudando – com mulheres e idosos fazendo o trabalho agrícola mais do que homens e jovens –, cabe a seguinte pergunta: qual o significado desse processo a médio e longo prazo? Neste artigo, defendemos a ideia de que o desenvolvimento da agricultura está alinhado às prioridades da sociedade chinesa, o que trará a chamada modernização, novos elementos de observação e estudos acadêmicos. Nesse caso, não seria prematuro citar o daoísmo, que “tornou a filosofia mais favorável à influência feminina, glorificando a força latente do elemento água feminino, iluminando a potência da mãe e prescrevendo para o soberano daoísta o apego ao papel feminino” (Wang, 2021, p. 27).

Esse tipo de sabedoria antiga, aliada ao rigor das ideias confucionistas e sua capacidade permanente de diálogo com as mais diversas vertentes do pensamento, tem muito a nos ensinar sobre a China e sua relação com o mundo. As evidências de que o “protagonismo” chinês continuará presente no concerto das nações existem não por causa de uma força hegemônica, mas pela flexibilidade das suas ações.

Considerações finais

Ao tentar conhecer a China, deve-se buscar uma visão panorâmica. A filosofia chinesa e a história não podem evidentemente ficar de fora dos assuntos correlatos ao tema escolhido ou proposto, mas o repertório que essas “duas disciplinas” oferecem ao conhecimento não significa que sejam traços exclusivos dessa civilização milenar. Porém, a maneira talvez mais adequada para não cairmos nas armadilhas das ideias pré-concebidas, reverberadas que são pelo senso comum, é ampliar o conceito de modernização a partir da diversidade.

A modernidade com características chinesas é um projeto dentro do qual há subprojetos. E um deles é o “sistema circular”, que procura conectar a economia rural com a urbana. A migração rural-urbana e o papel das mulheres como força de trabalho no campo passaram a ser um diferencial na agricultura chinesa, conforme

os dados abordados no presente artigo, retirados de um estudo de Jan Douwe van der Ploeg, que por sua vez explica “os enigmas” da agricultura chinesa.

O referencial teórico deste artigo – que inclui a obra clássica *From the soil, the foundations of chinese society*, de Fei Xiaotong, os textos do livro *Modernidade e tradição na China hoje*, organizado por Antonio Florentino Neto, e o livro *Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China* –, além de desconstruir alguns paradigmas e levantar outros, permitiu a compreensão de como as bases do pensamento da China operam com relação ao “solo”.

A discussão analítica quanto à China ser comunista, socialista ou exercer um tipo de capitalismo de Estado não esteve no radar deste artigo. O que está subentendido: o Confucionismo como tradição filosófica e sua capacidade de dialogar com outras vertentes. Essa, sim, parece ser a essência da sociedade chinesa, que, de acordo com o seu pragmatismo “isento de valores”, interfere em todas as áreas das mais variadas modernidades, sem levantar bandeiras nem pregar qualquer tipo de imperialismo. Enfim, qual a perspectiva de esse pragmatismo, simultaneamente sutil e volumoso, se transformar no espírito dos novos tempos em prol de uma agricultura próspera, socialmente justa e sustentável aos povos da terra?

Referências bibliográficas

- DEUTSCHER, Isaac. (1969). “Os mitos da Guerra fria”. In *Revolução e repressão*, 15-28. Rio de Janeiro: Zahar.
- ESCHER, Fabiano; SCHNEIDER, Sérgio. (2023). *Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China*. Porto Alegre: UFRGS.
- FLORENTINO NETO, Antonio. (2021). Indivíduo Atômico e indivíduo inter-relacional: as bases da formação da subjetividade no Ocidente e na China. In *Modernidade e tradição na China hoje*, 159-174. Campinas: Phi.
- HUI, Wang. (2021). O pensamento chinês contemporâneo e a questão da modernidade. In *Modernidade e tradição na China hoje*, 49-83. Campinas: Phi.
- HUANG, Philip C. C. (2023). Pequenas propriedades rurais da nova era na China e sua integração vertical: agronegócio ou cooperativas?. In *Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China*, 109-135. Porto Alegre: UFRGS.
- JINGZHONG, Ye. (2023). Transferência de terras e a busca pela modernização agrícola na China. In *Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China*, 229-257. Porto Alegre: UFRGS.
- KANT, Immanuel. (2008). *À paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM.

- PLOEG, Jan Douwe van der. (2023). O enigma da agricultura chinesa: em busca de uma explicação. In *Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China*, 383-408. Porto Alegre: UFRGS.
- ROSKER, Jana S. (2021). Entre a tradição e a modernidade: o Confucionismo moderno como uma forma de conhecimento moderna social do Leste Asiático. In *Modernidade e tradição na China hoje*, 29-47. Campinas: Phi.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. (2023). Defesa, diplomacia e desenvolvimento: os “3 Ds” da ascensão econômica e da projeção mundial da China. In *Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China*, 55-71. Porto Alegre: UFRGS.
- WANG, Robin R. (2021). O DAO se torna feminino: uma realidade, um conhecimento e uma estratégia de gênero para viver. In *Modernidade e tradição na China hoje*, 13-28. Campinas: Phi.
- XIAODONG, Li. (2021). A proposta da modernização e a sabedoria chinesas. In *Modernidade e tradição na China hoje*, 125-141. Campinas: Phi.
- XIAOTONG, Fei. (1992). *From the soil: the foundations of Chinese society*. Berkeley: University of California Press.
- ZHANGYUE, Zhou. (2023). A conquista da segurança alimentar na China: as últimas três décadas e o futuro. In *Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China*, 193-224. Porto Alegre: UFRGS.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.